

Leonardo José da Silva Costa

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (PPGGEO-UFPI), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e membro do Grupo de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza (UFPI) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Energias Renováveis (NEsPER)
leonardojc.06@gmail.com

Raimundo Jucier Sousa de Assis

Professor do Curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutor em Geografia Humana pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP)
raimundojucier@yahoo.com.br

Por uma Geografia do Estado brasileiro: os planos de regionalização como formas de domínio do território em tempos de ditadura militar

Resumo

Este trabalho discute a apropriação do conhecimento geográfico pelo regime autoritário brasileiro, com ênfase na regionalização do território. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica exploratória que alia revisão de literatura: Almeida (2000); Contel (2014); Magnano (1995), e análise documental histórica dos planos regionais do IBGE: de 1968, 1972 e 1976. Os resultados revelam que as regionalizações da ditadura militar brasileira, influenciadas por métodos quantitativos e pela Geografia francesa, contribuíram no planejamento territorial estabelecendo relações entre cidade e região, identificando polos regionais, hierarquias e áreas de influência urbana – dinâmicas essenciais no atendimento das demandas da expansão capitalista no século XX. Conclui-se que a Geografia Ibgeana não somente consolidou o conhecimento geográfico como instrumento estatal, como revela a necessidade de uma reflexão sobre o uso político desse saber.

Palavras-chave: Regionalização, Ditadura Militar, Geografia de Estado.

Abstract

FOR A GEOGRAPHY OF THE BRAZILIAN STATE: REGIONALIZATION PLANS AS FORMS OF TERRITORIAL CONTROL IN TIMES OF MILITARY DICTATORSHIP

This paper discusses the appropriation of geographical knowledge by the Brazilian authoritarian regime, with an emphasis on the regionalization of the territory. The methodology consists of an exploratory bibliographic research approach that combines a literature review: Almeida (2000); Contel (2014); Magnano (1995), and historical document analysis of the IBGE's regional plans: 1968, 1972, 1976. The results show that the regionalizations of the Brazilian military dictatorship, influenced by quantitative methods and French Geography, contributed to territorial planning by establishing city-region relationships, identifying regional poles, hierarchies and areas of urban influence – these dynamics were essential in meeting the demands of capitalist expansion in the 20th century. The conclusion is that Ibgean geography not only consolidated geographical knowledge as a state instrument, but also reveals the need to reflect on the political use of this knowledge.

Key-words: Regionalization, Military dictatorship, State geography.

1. Introdução

A Geografia, enquanto ciência de múltiplos ramos e abordagens, abriga discussões amplas e complexas, sobretudo no âmbito acadêmico. Seu principal objeto de estudo, a análise do espaço geográfico, permite explorar as relações entre natureza e sociedade, associando tanto dimensões físicas quanto humanas. Tal multiplicidade consolida diversas subáreas em seu arcabouço teórico, como a Geografia econômica, ambiental, urbana, agrária e política. Dessa forma, a disciplina não somente delimita campos específicos de atuação, como expande suas possibilidades de contribuição científica. Particularmente nas últimas décadas, estabeleceu uma relação intrínseca com as políticas de Estado por meio do aprofundamento teórico de conceitos fundamentais como território, organização espacial, região e regionalização, que se mostraram úteis no que se refere ao ordenamento e à gestão territorial dos Estados modernos.

Desde a sua sistematização como ciência, conforme argumentam Teixeira e Martins (1984), a aplicação dos conhecimentos da Geografia “em seus fins práticos” se dividiu em dois direcionamentos antagônicos. Por um lado, o saber geográfico a princípio se orientou pela exploração de porções

do espaço até então desconhecidas, cumprindo uma função majoritariamente expansionista que agregava novos conhecimentos em prol de novas descobertas. Por outro, consolidou-se como um instrumento de dominação, facilitando a exploração sistemática de territórios conquistados, atendendo a interesses burgueses. Desse modo, entende-se a evidenciação de uma aproximação histórica entre conhecimento geográfico e Estado, enquanto a própria Geografia se consolidou como ferramenta útil no levantamento de informações, sendo estas essenciais à manutenção das estratégias de poder.

Historicamente, com o término da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a consequente anexação dos territórios de Alsácia e Lorena pelo Império Alemão, a Geografia emergiu como disciplina fundamental no âmbito escolar e acadêmico na Europa, sobretudo no contexto francês. Nesse contexto, contribuições teóricas de Friedrich Ratzel, na Alemanha, e Paul Vidal de La Blache, na França, não somente dinamizaram os debates geográficos da época, como principalmente consolidaram o papel da Geografia como ciência estratégica a serviço dos interesses dos Estados. Com o desenrolar das Grandes Guerras Mundiais (Primeira e Segunda) e as profundas transformações na ordem geopolítica do mundo, as quais culminaram no estabelecimento de uma nova ordem mundial ao longo do século XX, o cenário global, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, assistiu à busca de uma renovação por parte da ciência geográfica através da chamada “Revolução Teorético-Quantitativa” que derivou no surgimento da chamada “*New Geography*”, uma nova fase do pensamento geográfico. Neste domínio, conforme observam Costa e Assis (2025, p. 258), “[...] marca-se uma nova abordagem na Geografia, onde a constituição da descrição das regiões e das paisagens não lhe forneceriam necessariamente um objeto de estudo”.

A ascensão dessa nova fase do pensamento geográfico consolidou relações mais estreitas com os Estados modernos, especialmente nos Estados Unidos, onde as teorias da *New Geography* alcançaram significativa receptividade durante as décadas de 1960 e 1970. Com a implementação de métodos considerados inovadores, técnicas quantitativas e sistemas estatísticos mais avançados, o discurso geográfico integrou-se progressivamente às estruturas estatais, incluindo departamentos governamentais, forças armadas e agências de planejamento. Cabe ainda ressaltar que

este movimento não se restringiu somente ao contexto norte-americano: manifestou-se também em outros espaços nacionais, a exemplo da França e até mesmo no Brasil, onde a *New Geography* ganhou relevância acadêmica e institucional ao longo das mesmas décadas.

No Brasil, com os militares no poder (1964-1985), após o golpe militar¹ de 1964, estabeleceu-se como principal *modus operandi* o autoritarismo, manifestado na repressão sistemática aos movimentos sociais e à sociedade civil, além de profundas transformações no âmbito institucional. A Geografia, nesse sentido, assumiu um papel central no projeto político do regime militar. Seu uso institucionalizado materializou-se especialmente através da consolidação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com a assimilação das bases teóricas da *New Geography*. Destarte, tais influências encontraram nos conceitos geográficos de região e regionalização os instrumentos necessários para operacionalizar geograficamente, gerir recortes espaciais estratégicos e exercer o controle sobre o território nacional, atendendo, assim, diretrizes impostas pelo poder central. De tal modo, para Teixeira e Martins (1984, p. 58), “no Brasil, o IBGE passou a ser o principal centro da Nova Geografia a partir de 1964, estando sempre a serviço do atual Estado face ao seu projeto Desenvolvimentista”.

Levando em conta esse movimento e a apropriação da Geografia pelo Estado – este encarado nesta discussão como uma representação da “[...] ‘centralização do poder’, fundado no ‘princípio da territorialidade, da obrigação política’ e da ‘progressiva aquisição da impessoalidade do comando político’” (RAMOS, 2012, p. 07) – é importante destacar que, enfatizando o tempo histórico em que se sucedia a ditadura militar, essa apropriação ocorre representada em maior grau mediante a ação da chamada “Geografia *Ibgeana*” (LAMEGO, 2014). Uma de suas maiores contribuições reside exatamente na elaboração de propostas de regionalização para o território nacional, mecanismo essencial para atender aos propósitos estatais. Por meio do IBGE, durante o governo militar, entre as décadas de 1960 e 1970, estabeleceram-se três distintas divisões regionais, cada uma com escalas variadas, fundamentações teóricas particulares e critérios que englobavam tanto aspectos da análise regional quanto das características urbanas dos espaços. Essas regionalizações não somente serviram como

instrumentos de gestão territorial, mas também como plataforma para disseminar a ideologia desenvolvimentista, que se tornava marca característica do regime autoritário, articulando a produção do espaço geográfico com os projetos políticos de poder do Estado militar.

Considerando as devidas contextualizações históricas, cabe analisar os caminhos pelos quais a Geografia se constituiu como instrumento político no Brasil. Embora sua institucionalização pelo Estado não implique, necessariamente, em uma adesão plena da chamada “Geografia *Ibgeana*” ao regime militar e ao autoritarismo vigente, é válido destacar que tenha sido mobilizada para servir às forças políticas governamentais da época, contexto no qual a produção geográfica desse período buscou, nos limites impostos, revelar as reais condições socioeconômicas do país. Como resultado desse processo, consolidou a regionalização como uma das principais ferramentas de planejamento territorial promovida pelo Estado. A partir dessas premissas, a problemática que orienta esta discussão reside em investigar de que maneira a Geografia brasileira, durante o período histórico da ditadura militar (1964-1985), sob o contexto do autoritarismo, foi instrumentalizada politicamente, utilizando-se de conceitos geográficos fundamentais como região e regionalização enquanto dispositivos estratégicos para o exercício do poder político, da imposição de mecanismos de controle territorial e da consolidação de domínios sobre o território.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como ocorreram os processos de apropriação do conhecimento geográfico institucionalizado pelo regime autoritário brasileiro, com especial atenção à operacionalização geográfica do território a partir das propostas de regionalização enquanto dispositivos de gestão, controle e domínio territorial. Como complementação, os objetivos específicos se fixam em: 1) discutir de que maneira os conceitos de região e regionalização foram mobilizados pelo regime militar brasileiro no âmbito do planejamento estatal; 2) caracterizar o contexto socioespacial do período, evidenciando como a produção geográfica, especialmente aquela voltada aos estudos urbanos e regionais, foi incorporada às estratégias governamentais; e, 3) examinar as propostas de regionalização elaboradas pelo IBGE durante a ditadura, com atenção aos seus critérios, fundamentos teóricos e implicações para a gestão territorial nacional.

Quanto à escolha desta temática, a justificativa parte da relevância da abordagem geográfica presente na compreensão das dinâmicas espaciais e suas implicações políticas, sociais e econômicas. A Geografia, enquanto ciência que articula conhecimento teórico e aplicado, desempenha um papel fundamental não somente no meio acadêmico, como também na sociedade e na gestão pública, oferecendo ferramentas críticas para a análise e a intervenção no espaço. No contexto brasileiro, as propostas de regionalização elaboradas durante a ditadura militar exemplificam como o conhecimento geográfico foi utilizado pelo Estado para fins de planejamento, controle e dominação territorial. Dessa forma, estudar esse processo permite compreender como a Geografia foi mobilizada para legitimar estruturas de poder, ao mesmo tempo em que revela as contradições entre o discurso técnico-científico e suas aplicações políticas, sendo esta uma lacuna ainda existente em alguns trabalhos que versam sobre essa temática.

1.1 *Processos Metodológicos*

Ao relacionar os processos metodológicos utilizados neste trabalho, é importante destacar, inicialmente, as características metodológicas no contexto da pesquisa: de natureza básica, com aplicação de caráter descritivo. Esta última que é compreendida conforme seus objetivos a partir da perspectiva de Prodanov e Freitas (2013, p. 52), e define-se como:

Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. Incluem-se, entre as pesquisas descritivas, a maioria daquelas desenvolvidas nas ciências humanas e sociais.

No que concerne os aspectos metodológicos da pesquisa, a utilização de técnicas de investigação demonstrou-se essencial para o desenvolvimento do trabalho. Tanto a pesquisa bibliográfica quanto a análise documental histórica revelaram-se ferramentas fundamentais, permitindo tanto o levantamento da literatura pertinente ao tema investigado, quanto o acesso a fontes documentais que registram oficialmente a concepção e a operacionalização dos recortes regionais no território brasileiro por parte do Estado durante o regime militar.

A pesquisa bibliográfica é aqui entendida conforme a concepção de Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66), que a consideram como uma técnica caracterizada pela “revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, o estudo e a análise pelo pesquisador (...) e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico”. Realizou-se, para tanto, levantamento de literatura, de artigos, dissertações, teses e livros que tratam da temática da regionalização e da utilização da Geografia pelo Estado. Tais fontes foram buscadas tanto em plataformas *online* (*Google Acadêmico*, *SciELO* e Repositórios Institucionais) como por consulta física em materiais impressos.

A pesquisa documental histórica também é utilizada pela adequação de técnicas de investigação deste trabalho, sendo aqui compreendida através dos apontamentos de Souza e Giacomoni (2021, p. 144), os quais denotam que este tipo de técnica, em particular, “[...] possibilita ao pesquisador colocar em questão e análise a produção, a intenção, o sentido e outros fatores atribuídos aos documentos históricos inseridos numa determinada conjuntura histórica”. Com isso, a pesquisa analisou as propostas de regionalização do IBGE durante o regime militar, investigando suas implicações na gestão territorial do período, seus fundamentos teóricos expressados na divisão regional do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados, seus critérios técnicos de aplicação, com foco específico nas microrregiões homogêneas (1968), regiões funcionais urbanas (1972) e mesorregiões homogêneas (1976). Nesse âmbito, a análise documental dessas divisões regionais partiu do acesso à biblioteca digital do IBGE e permitiu a compreensão tanto de suas bases metodológicas, quanto do papel desempenhado pela Geografia brasileira institucionalizada no projeto político-econômico do regime militar, bem como seus efeitos na organização do território nacional, sendo apontadas tais delimitações nos resultados obtidos.

2. Em tempos de autoritarismo, o planejamento do território: a regionalização como um caminho

Entre as décadas de 1960 e 1970, especificamente após o Golpe de 1964, que estabeleceu no Brasil uma ditadura militar, e tempos de forte

autoritarismo e repressão aos movimentos sociais e à sociedade civil, as propostas de regionalização tornaram-se grandes meios para o planejamento estatal. Como afirma Contel (2014), com o Golpe de 1964, e a decorrente re-centralização do poder nas mãos do Governo Federal, aumentam a capacidade do Estado de realizar políticas de planejamento econômico e de organização do território brasileiro.

Em particular o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE teve um papel central diante deste novo contexto político administrativo e institucional, no qual deixou de ser uma autarquia e passou a ser “Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” pelo decreto Lei nº 161 de 13 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967). Até então era composto por diversos outros órgãos complementares, como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Estatística - IBE, o Instituto Brasileiro de Geografia - IBG que, por sua vez, anexou o antigo Conselho Nacional de Geografia - CNG, o Instituto Brasileiro de Informática - IBI, e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Considerando as novas reconfigurações mediante a imposição de novas políticas administrativas, a Fundação IBGE teria certa autonomia administrativa e financeira e passaria a se reportar diretamente ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica (ALMEIDA, 2000).

Um dos marcos mais significativos desse período reside nas intersecções provenientes da Geografia quantitativa no IBGE, influenciada tanto pela tradição francesa, sobretudo por meio da formação de geógrafos brasileiros em instituições parisienses, quanto pelo pragmatismo da escola estadunidense, difundido no Brasil mediante a atuação de geógrafos vinculados às bases da *New Geography*². Essa época é bem definida por Lamego (2014, p. 02), que destaca as décadas de 1960 e 1970 nas quais o IBGE “[...] despontou como um dos núcleos difusores da geografia quantitativa brasileira”. Essa perspectiva também é compartilhada por Pereira e Bomfim (2014, p. 04) que dizem que “[...] a introdução de metodologias quantitativas relacionou-se no IBGE em muito à ascensão do regime militar e às próprias repercussões da ditadura no interior do órgão”.

Analisando tais pontos, entende-se que a introdução das influências da *New Geography* apresenta-se como uma das grandes marcas incorporadas à formação e à produção do conhecimento geográfico da época junto à instauração do regime militar. Nesse contexto, o IBGE, assim como ocorrera

na década de 1940, após sua criação e sua atuação a partir da primeira regionalização oficial do Brasil, retornava ao palco da atuação estatal diante das novas realidades sociais, políticas, espaciais e econômicas, agora para “[...] cumprir um papel diretamente ligado ao conhecimento do território voltado para o aprimoramento da intervenção estatal e do planejamento econômico” (CONTEL, 2014, p. 06). Neste contexto, na perspectiva de Lamego (2014, p. 7), o Instituto deveria se apresentar “não mais como um mero fornecedor de índices, mas como um instituto de pesquisa produtor de análises”.

Respectivamente, considerando a ênfase desse processo, Almeida (2000, p. 169) assevera que “o governo federal, após o Golpe de 1964, estava preocupado com a espacialização do desenvolvimento econômico e via com grande interesse pesquisas que pudessem organizar o território brasileiro ou dar subsídios para este processo”. Esse período, em específico, em um contexto praticamente global, assiste à consolidação de teorias e métodos geográficos mais robustos, caracterizando uma fase do pensamento geográfico em que se privilegiava a análise quantitativa, com ênfase em dados matemáticos e estatísticos, no qual se intensificava o debate sobre as questões urbanas e econômicas, cada vez mais necessárias no contexto do pós-guerra.

Nesse sentido, a regionalização do território emerge como uma das categorias na qual o autoritarismo e o desenvolvimentismo vão se locupletar: colonização, desbravamento de matas, construção de estradas e diminuição de distâncias foram os principais tópicos da agenda nacional de planejamento no período em tela. Entre as principais decorrências, figuram definições precisas de zonas de acordo com critérios econômicos; a massiva coleta de dados, enquanto meio de conhecimento e, portanto, controle; e inúmeras desapropriações, usualmente para fins industriais e não sociais. Em outras palavras, a questão urbana e o desenvolvimento regional passaram a ser pautas de desenvolvimento econômico nacional (VIEGAS, 2020, p.17).

Segundo Magnano (1995), as principais diretrizes que marcaram a atuação do IBGE durante o regime militar decorreram de demandas governamentais específicas. O Instituto foi convocado a colaborar na elaboração do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico (1967-1976) e do Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), instrumentos que se tornariam fundamentais para o planejamento estatal do período e que frisariam a integração interinstitucional entre o IBGE e o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - EPEA, atual IPEA. Desse modo, o IBGE voltou-se novamente para a questão regional, porém agora com o objetivo

central de articular o planejamento territorial ao desenvolvimento econômico integradamente. Emergindo neste cenário como um tipo de panaceia pelo Estado militar, a regionalização do território, enquanto ferramenta de aplicação do conceito de região, que se caracterizava sob a influência teórica da *New Geography*, assim seria entendida, segundo Carvalho (2002, p. 141), como “um caráter de classificação, agrupamento, subsidiada por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório, e por uma linguagem mais burocrática e rica, amparada pelas grandes teorias e em dados estatísticos, por conseguinte, afastada do trabalho de campo”.

Por conseguinte, entre as propostas apresentadas pelo setor de planejamento econômico daquele período consta essencialmente a redefinição da regionalização do território nacional, aparecendo como alternativa estratégica para promover a integração entre as grandes regiões e impulsionar o desenvolvimento nacional. Nessa conjuntura tornava-se imperativa a formulação de um novo modelo de regionalização que substituísse o sistema de zonas fisiográficas estabelecido na década de 1940 também pelo IBGE durante o Estado novo, o qual já não atendia adequadamente às exigências do planejamento governamental do período (CONTEL, 2014).

Deste modo, entre as décadas de 1960 e 1970 se evidenciaram transformações significativas no território brasileiro, com o avanço da urbanização e da industrialização. Nesse contexto, a geografia nacional começou a absorver influências da geografia norte-americana, embora ainda mantendo relações com a escola francesa de Pierre George, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Jean Tircart, Francis Ruellam, Emmanuel de Martone e Michel Rochefort. Essas mudanças teóricas refletiram-se nos novos métodos de regionalização oficializados no território nacional. A visita de importantes expoentes da Geografia quantitativa, como John P. Cole, Brian Berry e John Friedmann, e a atuação de geógrafos brasileiros, como Lysia Bernardes, Speridião Faissol, Pedro Pinchas Geiger e Roberto Lobato Corrêa, permitiram a incorporação de novos modelos voltados à operacionalização geográfica do território. Tais contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento de novas diretrizes e propostas de regionalização do Brasil, iniciadas nos anos 1960 com a elaboração dos estudos preliminares que dividiam o Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados, que se efetivariam no decorrer da década de 1970.

Como bem sintetiza Viegas (2020, p. 18): “O projeto desenvolvimentista, associado ao autoritarismo, encontrou nos projetos de regionalização o seu território de materialização por excelência”. Essa assertiva encontra comprovação empírica na ação institucional do IBGE que, entre 1968 e 1976, implementou três novas propostas de regionalização em âmbito nacional. Tais iniciativas, englobando tanto as regiões homogêneas quanto as funcionais urbanas, demonstraram concretamente a crescente relevância dos estudos geográficos na formulação de políticas territoriais durante o período. Isso representou igualmente o apogeu da Geografia quantitativa no IBGE, sintetizando duas correntes metodológicas, sobretudo sob a influência francesa, particularmente através das contribuições de Michel Rochefort pela Geografia, e François Perroux junto a Jacques Boudeville na perspectiva dos estudos econômicos, na delimitação dos estudos sobre a divisão regional em espaços polarizados e espaços homogêneos.

A época em questão representou um momento decisivo na reestruturação epistemológica da produção geográfica no âmbito do IBGE. Este foi necessariamente marcado pela transição metodológica que incorporou sistematicamente novas matrizes teóricas e técnicas quantitativas avançadas, superando as abordagens descritivas tradicionais. Esta transformação permitiu a operacionalização do conhecimento geográfico através da sistematização de abordagens integradas urbano-regionais e da formalização de modelos analíticos aplicados ao planejamento territorial, culminando na institucionalização da regionalização como tecnologia de gestão espacial.

Como demonstra a análise subsequente, o contexto do regime militar (1964-1985) catalisou a instrumentalização do aparato técnico-científico geográfico do IBGE. Este processo se materializou particularmente através da elaboração de novos planos regionais que consolidaram a região como categoria operacional fundamental por meio das técnicas de regionalização, assim, o uso da Geografia pelo Estado foi uma das marcas do período em análise. No entanto, a convergência entre as demandas políticas do regime e o estabelecimento de novos recortes regionais, por meio do conhecimento geográfico institucionalizado, evidenciou não somente novos rumos tomados pela Geografia, como também uma realidade transformada no quadro socioespacial brasileiro. O país, à época, passava por intensas mudanças em diversos aspectos, especialmente urbanos e industriais.

Diante disso, a Geografia, ao se debruçar sobre essa nova realidade, buscou integrar as delimitações urbanas ao regional por meio da regionalização, destacando o papel central da cidade e suas relações com a região³.

3. As interseções entre a cidade e a região: as influências geográficas nas novas propostas de regionalização

O IBGE, com o passar dos anos, se consolidou como uma instituição pública essencial tanto para o levantamento de dados e estatísticas, quanto para o conhecimento de um quadro mais aprofundado das características do território brasileiro. Entre as suas principais colaborações, neste aspecto, estão as divisões regionais, que se constituíram como resultados importantes na contribuição para a consolidação de uma organização territorial, bem como para uma aplicação de políticas que permitiram o Estado acompanhar a evolução econômica e social que se evidenciou no país.

Desse modo, a partir de mudanças internas no IBGE, no que tange o período do regime militar, e na estrutura socioespacial do país, foram formuladas no período, especificamente em 1968, 1972 e 1976, três propostas de regionalização, substituindo as antigas zonas fisiográficas (1942): as Grandes Regiões (com fins didáticos), as Regiões Homogêneas (Meso e Micro) e as Regiões Funcionais Urbanas, que se tornaram necessárias principalmente devido ao aumento populacional, aos processos de crescimento e expansão urbanos, junto à ampliação da industrialização e à expansão da malha rodoviária.

Assim, tais propostas de regionalização empregadas no decorrer do regime militar tiveram um considerável impacto na organização e na gestão territoriais do Brasil, visto que essas divisões regionais possibilitaram um maior controle estatal sobre o desenvolvimento econômico e social, facilitando a implementação de políticas territoriais alinhadas com os objetivos do regime autoritário.

Nessa condição específica, o papel do IBGE é notório, como órgão produtor dessa organização por meio das regiões. Como afirma Contel (2014, p. 12): “a evolução do IBGE como instituição pública, voltada tanto para a produção de estatísticas quanto para o conhecimento mais aprofundado do

território brasileiro, pode ser considerada um elemento da 'autoconsciência coletiva' do país". Então, ao associar o uso das regionalizações, especialmente com base nos critérios que delimitam as regiões como uma criação intelectual (COSTA; MARTINS FILHO, 2023), percebe-se claramente sua transformação, sobretudo com a incorporação de renovações teóricas nos campos do pensamento geográfico. Tais renovações revitalizaram o conceito de região, permitindo a integração das redes urbanas à sua perspectiva. Isso possibilitou a articulação entre os estudos de Geografia Urbana e Geografia Regional, dando origem a novas configurações espaciais e a leituras mais complexas do território, especialmente pela relação entre cidade e região, movimento que se intensificou ao longo do século XX principalmente no território brasileiro.

Nesse contexto, diversas teorias no âmbito da Geografia Regional e da Economia Regional buscaram compreender o espaço urbano e as interações socioespaciais, destacando como essas dinâmicas estão intrinsecamente relacionadas à produção industrial e ao papel estruturante das cidades como polos de crescimento econômico e social na região. As cidades não concentram somente atividades produtivas e serviços especializados, mas também atuam como nós em redes que se conectam e articulam o território.

Contudo, antes de adentrar na abordagem das teorias que integram, no âmbito do planejamento territorial brasileiro, os estudos regionais e urbanos, é fundamental discutir o contexto socioespacial do país à época da ditadura militar. É preciso considerar que o período em questão foi marcado por intensas e múltiplas transformações no espaço urbano brasileiro, que posicionaram as cidades e as regiões metropolitanas como elementos-chave do crescimento econômico e industrial. Além disso, é válido ressaltar a presença das movimentações e ações políticas da época que desempenharam um papel decisivo na definição de estratégias de desenvolvimento e organização territoriais, configurando, assim, um cenário determinante para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas e espaciais do Brasil.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a geopolítica mundial passou por uma profunda reconfiguração, impactando diretamente na estrutura política e econômica de diversos países, incluindo o Brasil. Neste período, o país experimentou uma série de transformações que fortaleceram a atuação do Estado sobre o território nacional ainda na primeira metade do século XX, desde o Estado Novo (1937-1945) até o Golpe de 1964.

Considerando este processo e suas implicações, ressalta-se a importância dos então pujantes centros urbanos, que emergiram como protagonistas territoriais, assumindo um papel central nas novas configurações espaciais do país. O Brasil deixava de ser predominantemente agroexportador e grande parte de sua população rural passava a enxergar nas cidades oportunidades de trabalho, melhores condições de vida e inserção nas dinâmicas capitalistas emergentes. Conforme afirma Bruno (2020, p. 25), “desde meados da década de 1960, o Brasil se tornou um país urbano, isto é, um país em que mais da metade de sua população passou a viver nas cidades”. Essa transição do rural para o urbano marca a segunda metade do século XX, período no qual as cidades acabaram por virar o principal palco do desenvolvimento econômico, social e cultural, atraindo investimentos, indústria, mão de obra e infraestrutura, enquanto as áreas rurais foram perdendo gradativamente sua hegemonia como espaço central da produção (MARICATO, 2002).

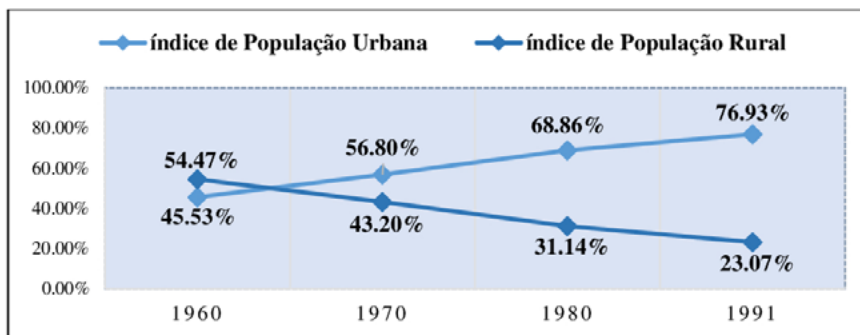
Para Geiger (1963, p. 100), “quando se torna o elemento dinâmico da economia brasileira, o setor industrial passa acelerar o crescimento urbano de grandes e médias cidades, o qual, por sua vez, suscita movimentos de população do campo para as cidades”. Como principal resultado dessa migração interna se tem uma intensificação no crescimento populacional (principalmente urbano). Tal movimentação é denominada por Santos (1993) como a inversão do lugar de residência da população brasileira, a qual constitui uma das principais reconfigurações territoriais do Brasil, considerando que tal fenômeno ocasionou uma série de desafios para o Estado, principalmente no que se refere ao planejamento, no qual emergem dificuldades em se compreender e gerenciar a nova organização espacial urbana, marcada por desigualdades decorrentes de uma urbanização acelerada, falta de infraestrutura e conflitos por moradia.

Para Vieira Neto (2012), a urbanização no Brasil, que já vinha crescendo, ganhou destaque a partir da década de 1960 (conforme apresenta o gráfico 1), impulsionada pela modernização do país. Esse processo incluiu a instalação de novas indústrias, a ampliação da malha rodoviária e a construção de Brasília, resultando em uma intensificação da urbanização em diversas regiões do território nacional. Esse processo, por um lado, impulsionou a consolidação de novas dinâmicas econômicas, com a diversificação dos setores industrial e de serviços, mas, por outro, acentuou as

disparidades regionais, uma vez que o desenvolvimento urbano não se deu de forma homogênea em todo o território nacional.

Gráfico 1

ÍNDICES POPULACIONAIS NO BRASIL (1960-1991)



Fonte: elaborado pelos autores; adaptado de IBGE (1991).

Com a intensificação do processo de industrialização, o papel das cidades e a própria produção do espaço urbano, o território brasileiro passa a se organizar em uma matriz de desigualdades excludente nos cenários regionais. Assim, o crescimento populacional e a expansão urbana tornam-se uma problemática a ser pensada pelo Estado brasileiro. Diante das novas dinâmicas urbanas no Brasil dos anos 1960, as questões políticas se fazem notoriamente presentes, e é mais precisamente a partir do Golpe de 1964 que se intensifica a centralização do poder nas mãos do Estado, que então passa a enxergar o território nacional sob uma perspectiva desenvolvimentista. Nesse contexto, o planejamento urbano e regional surge como uma tentativa de enfrentar problemas crescentes, abrangendo desde desafios econômicos até as persistentes desigualdades sociais, urbanas e regionais.

É precisamente a partir dessa nova realidade político-administrativa, sob a égide de um Estado militar, que as instituições do Estado brasileiro adentram o debate, passando a atuar diretamente no planejamento estatal, realizando estudos mais aprofundados acerca da realidade urbano-regional brasileira. O próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, diante da crescente complexidade para compreender o território brasileiro e estruturar suas políticas de Estado, em função das novas dinâmicas de sua rede urbana, especialmente a partir do final da década de 1960,

conduziu uma série de estudos que culminaram na formulação de um novo modelo de planejamento territorial. Esse modelo considerava a relevância dos novos centros urbanos, suas inter-relações, a hierarquia urbana, os fatores produtivos e as transformações socioeconômicas, buscando-se uma organização mais integrada e funcional do espaço geográfico brasileiro.

Esse processo é destacado pelos novos recortes regionais definidos com base nas redes de influência urbana. Conforme Francisconi (2023), as metrópoles, como grandes centros de aglomeração e infraestrutura urbana, começam a despontar no território brasileiro especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960, resultando em significativas transformações espaciais, desigualdades regionais e no crescimento urbano, provocados principalmente pela concentração industrial nas regiões sul e sudeste do país. Neste contexto, o planejamento territorial desempenhou um papel central que se deu “[...] graças ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quando este definiu a hierarquia da rede urbana do país e apontou para o papel de metrópoles e cidades em políticas nacionais de desenvolvimento” (FRANCISCONI, 2023, p. 01).

O papel do IBGE nos estudos urbanos aplicados no Brasil foi fundamental, sobretudo na definição de recortes regionais e na compreensão da hierarquia dos centros urbanos e regiões metropolitanas. Esse direcionamento foi amplamente influenciado pelas bases acadêmicas e pelas múltiplas perspectivas dos geógrafos que atuavam no órgão, evidenciando sua importância na estruturação do planejamento territorial e urbano no país. Magnano (1995), ao realizar uma abordagem acerca da regionalização brasileira no século XX, destaca que aquela realizada na década de 1940 pelo IBGE, baseada principalmente em critérios fisiográficos, mostrou-se insuficiente para acompanhar as novas especificidades do território brasileiro nas décadas posteriores. Essa limitação decorreu dos impactos advindos da crescente expansão urbana e do significativo crescimento populacional. Diante disso, institucionalmente e com vistas à estruturação de um novo planejamento, surgiu a necessidade de elaboração de novos estudos que pudessem integrar técnicas úteis às necessidades político-administrativas do país.

Desta maneira, os estudos preliminares que produziriam uma nova regionalização para o Brasil começaram ainda nos anos 1960 com a elaboração do esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos

e espaços polarizados, em 1967, e o subsídios para a regionalização de 1968, resultando, assim, em dois produtos: a regionalização do Brasil em Microrregiões Homogêneas, de 1968, complementada pelo estudo de 1976 que produziu as Mesorregiões Homogêneas, além das Regiões Funcionais Urbanas, de 1972, a qual se direcionou em especial ao estudo da rede urbana brasileira, sendo este um marco nos estudos geográficos regionais e urbanos do país, que nas décadas posteriores foram ainda mais aprofundados.

A compreensão da organização espacial de um país, do ponto de vista geográfico, implica a análise das duas ordens de fenômenos essenciais de uniformidade do espaço: regiões homogêneas, tratadas como a forma de organização em torno da produção, e regiões funcionais ou áreas distintas, analisadas segundo os fenômenos de interação e da vida de relação. A primeira visava a ser empregada para fins estatísticos e a segunda, apoiando-se em estudos de centralidade e áreas de influência dos núcleos urbanos, objetivava, de alguma forma, fim da descentralização (MAGNANO, 1995, p. 76).

No entanto, quanto aos planos de regionalização do Brasil da época, torna-se evidente a centralidade das matrizes e influências teóricas oriundas do próprio pensamento geográfico, com certas contribuições da economia regional, na fundamentação dos estudos e na elaboração de novas abordagens. Essas bases teóricas não somente demarcavam os avanços no campo da ciência geográfica, como revelam seu caráter estratégico na formulação de novas políticas territoriais. A Geografia, nesse contexto, apresenta-se como um instrumento de articulação entre o conhecimento técnico-científico e uma série de decisões políticas, ou seja, uma Geografia de Estado, viabilizando uma operacionalização geográfica do território nacional que privilegia tanto o desenvolvimento econômico quanto a reorganização do espaço. Essa perspectiva evidencia como as técnicas e os estudos geográficos não se limitam à descrição do espaço, mas atuam em sua transformação, reafirmando sua relevância para a construção de um modelo territorial alinhado aos interesses do período e, principalmente, do Estado militar.

Tendo em vista as propostas de regionalização do território, os critérios integrados e os métodos que se fundamentaram em teorias da Geografia Regional, da Geografia Urbana e da Economia Regional, a seção seguinte examina, sob uma perspectiva teórica e metodológica, as regionalizações implementadas no Brasil pelo IBGE durante a ditadura militar, tanto pelas relações entre centros polarizados como pela definição da

hierarquia urbana. Objetiva-se, assim, formular um debate quanto às abordagens utilizadas e como essas articulam-se às implicações decorrentes de cada modelo regional, destacando em particular o papel de uma Geografia de Estado, atuando institucionalmente para operacionalizar o território geograficamente, e alinhando-se aos interesses políticos da época.

4. Em prol de uma Geografia de Estado: os planos regionais empreendidos na ditadura militar brasileira

Alinhando o debate à atuação do IBGE a partir da formulação de novas propostas de regionalização para o Brasil, são constituídas neste trajeto duas linhas de operacionalização regional: 1^a) o estudo dos espaços homogêneos, resultante na divisão do país em regiões homogêneas (1968-1976); 2^a) o estudo sobre espaços polarizados, culminando na divisão regional do país em regiões funcionais urbanas (1972). Estas noções foram consolidadas a partir de dois trabalhos preliminares do IBGE desenvolvidos no decorrer da década de 1960, sendo o esboço preliminar da divisão do Brasil em espaços homogêneos e espaços polarizados em 1967, e o trabalho intitulado subsídios à regionalização de 1968, conduzidos sob a influência da teoria dos polos de crescimento de François Perroux⁴, introduzida na agenda governamental a partir do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que, particularmente na concepção de Boudeville (1972), entendia que o crescimento não surgiria de forma homogênea no espaço, mas sim a partir de polos em uma intensidade variável e por meio de determinados canais.

A aplicabilidade da Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux encontrou um campo fértil no Brasil para sua reprodução, especialmente a partir da necessidade de regionalização do território nacional. Como representante da Escola Francesa de Geografia, Michel Rochefort, que já havia aplicado tais estudos na França, exerceu grande influência sobre os geógrafos brasileiros ligados ao IBGE. O documento produzido no contexto brasileiro não somente apresentava um quadro geral do território nacional, como propunha diretrizes que fundamentavam a incorporação tanto de regiões homogêneas (definidas por critérios naturais e socioeconômicos) quanto de regiões funcionais (delimitadas por fluxos econômicos e hierarquias

urbanas) nas divisões regionais oficiais do país. Dessa forma, o estudo buscava conciliar teorias de agregação e homogeneidade espacial com abordagens voltadas à funcionalidade e à polarização regional, refletindo as diretrizes do planejamento estratégico do governo militar.

Magnano (1995) destaca que a divisão metodológica para regionalização do território nacional, proposta pelos geógrafos do IBGE, surgiu da necessidade de analisar fenômenos geográficos essenciais à organização do país sob duas perspectivas complementares. Por um lado, as regiões homogêneas foram delineadas com base em características socioeconômicas e produtivas semelhantes, apoiadas na sistematização do levantamento de dados estatísticos. Por outro, as regiões funcionais urbanas privilegiavam as dinâmicas espaciais, como interações entre centros urbanos, hierarquia urbana, fluxos populacionais e áreas de influência, refletindo processos territoriais em constante transformação. Essa abordagem dicotômica permitiria conciliar a análise estrutural (homogeneidade) com a dinâmica funcional (redes e hierarquias), oferecendo subsídios mais robustos para o planejamento territorial. Mesmo que tais propostas não se inter-relacionassem, ambas poderiam coexistir.

Ao se decidir, durante os anos 60, realizar uma nova divisão regional do Brasil, as considerações (...) sobre as diferentes maneiras de se abordar a Região (a região uniforme, funcional e plano), e sobre a íntima relação que se estabeleceu entre o conceito de região e o planejamento regional, tiveram como resultado a constatação de que não seria suficiente definir e implementar uma única divisão regional para o Brasil, como havia ocorrido com a divisão de 1945, ou seja, uma única divisão para diferentes finalidades. A participação do Estado na vida nacional teria se ampliado e se diversificado; a modernidade do Estado na condução acompanhado de suas inúmeras formas de intervenção teria estimulado divisões regionais específicas considerando-se diferentes objetivos da intervenção (PERIDES, 1994, p. 89).

É importante destacar que a questão regional no Brasil, no contexto do regime militar e nas perspectivas desenvolvimentistas, emergiu como um problema central no planejamento territorial. A partir de 1966, através da atuação do departamento de Geografia da Fundação IBGE, intensificaram-se os estudos que tinham como principal eixo o debate sobre a regionalização. Nesse período, introduziram-se no âmbito da geografia institucional conceitos como espaços homogêneos, funcionais e polarizados, os quais passaram a fundamentar as políticas públicas de ordenamento territorial na segunda metade da década de 1960 (VIEGAS, 2020; MAGNANO, 1995).

Como principais efeitos desse processo de gestão e divisão do território nacional pelo Estado militar se tem, a partir da década de 1970, a primeira regionalização oficial do Estado brasileiro, definida assim como a “Regionalização do Brasil em Microrregiões Homogêneas” que considerou o estudo sobre espaços homogêneos, difundidos no Brasil pela influência da escola francesa de Geografia, mais especificamente por Michel Rochefort, sob a luz da teoria dos polos de crescimento (*Pôles de Croissance*) de François Perroux:

Poucos foram os países que levaram tão longe as ideias de Perroux como o Brasil. Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos polos de desenvolvimento [crescimento] mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercadorias (EGLER, 1995, p. 214):

Perides (1994) argumenta que essa nova divisão se utilizava do critério de homogeneidade ou espaços uniformes e tinha como principal objetivo, assim como na antiga regionalização, fornecer novas bases para o quadro territorial brasileiro que seriam úteis ao levantamento de dados estatísticos, e também para o ensino de Geografia e a própria ação do governo no estabelecimento de políticas territoriais.

Na compreensão de Contel (2014, p. 08), as microrregiões homogêneas, como primeiro eixo das divisões regionais estabelecidas na segunda metade do século XX, sob a atuação do IBGE e por meio das influências teóricas contidas na teoria dos polos de crescimento, e na definição dos espaços homogêneos, “[...] foram de extrema importância, pois serviram para agrupamentos de informações sobre a população, a produção, a sociedade com maior correspondência às bases física, demográfica e econômica de cada parcela do espaço nacional”.

Para Almeida (2000), essa proposta apresentava utilidade prática em duas dimensões complementares. Em primeiro lugar, servia como instrumento para o planejamento territorial do Estado militar, permitindo a agregação de áreas com características socioeconômicas e geográficas similares, o que facilitava a implementação de políticas públicas regionalizadas. Em segundo lugar, oferecia meios para uma compreensão mais refinada das dinâmicas territoriais nacionais através da sistematização e da divulgação de

dados estatísticos organizados segundo critérios regionais. Essa abordagem metodológica era concretizada mediante a aplicação dos esquemas de regionalização nos planos censitários, possibilitando, assim, uma análise mais detalhada das disparidades e potencialidades regionais do país.

O próprio IBGE (1968, p. 09) definiu os respectivos espaços homogêneos presentes no respectivo plano como uma “[...] forma de organização em torno da produção, (...) expressa por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos”. E complementava esta argumentação ao apontar que as microrregiões: “[...] foram individualizadas [em] áreas que se identificam por certa forma de combinação dos elementos geográficos, sempre dentro de determinado nível de generalização”. Deste modo, ao final da proposta foi estabelecido no território brasileiro um quantitativo de 361 microrregiões, sendo 28 na região Norte, 30 na região Centro-Oeste, 128 na região Nordeste, 111 na região Sudeste e 64 na região Sul.

Entende-se que a regionalização do Brasil em microrregiões homogêneas representou um marco significativo tanto para a gestão territorial quanto para o desenvolvimento da Geografia institucionalizada no âmbito do IBGE a partir da influência francesa de Rochefort, tanto através da economia regional de Perroux, quanto da *New Geography*. Esse avanço metodológico incorporou técnicas mais sofisticadas e predominantemente quantitativas, superando abordagens meramente empíricas utilizadas principalmente na década de 1940 pelo órgão. Nesse contexto, a questão regional passou a fundamentar a construção e a interrelação de teorias que concebiam o espaço geográfico brasileiro como um campo passível de organização. Neste espaço a regionalização emergiu como um instrumento do Estado, assim como a própria Geografia ao adentrar no processo político-administrativo de ordenamento territorial, demonstrando a natureza intrinsecamente política que subjaz à divisão regional e aos conhecimentos geográficos acerca do espaço nacional.

Considerando o tempo histórico, ainda no âmbito das regionalizações realizadas durante o regime militar, vale destacar ainda mais a contribuição de Michel Rochefort na construção dos estudos regionais no Brasil. Seu trabalho tornou-se referência fundamental, particularmente através de suas análises tanto sobre espaços homogêneos como polarizados, estes últimos com maior ênfase, sob a perspectiva de se analisar a vida de relações das redes urbanas, buscando discutir questões relevantes frente à dinâmica

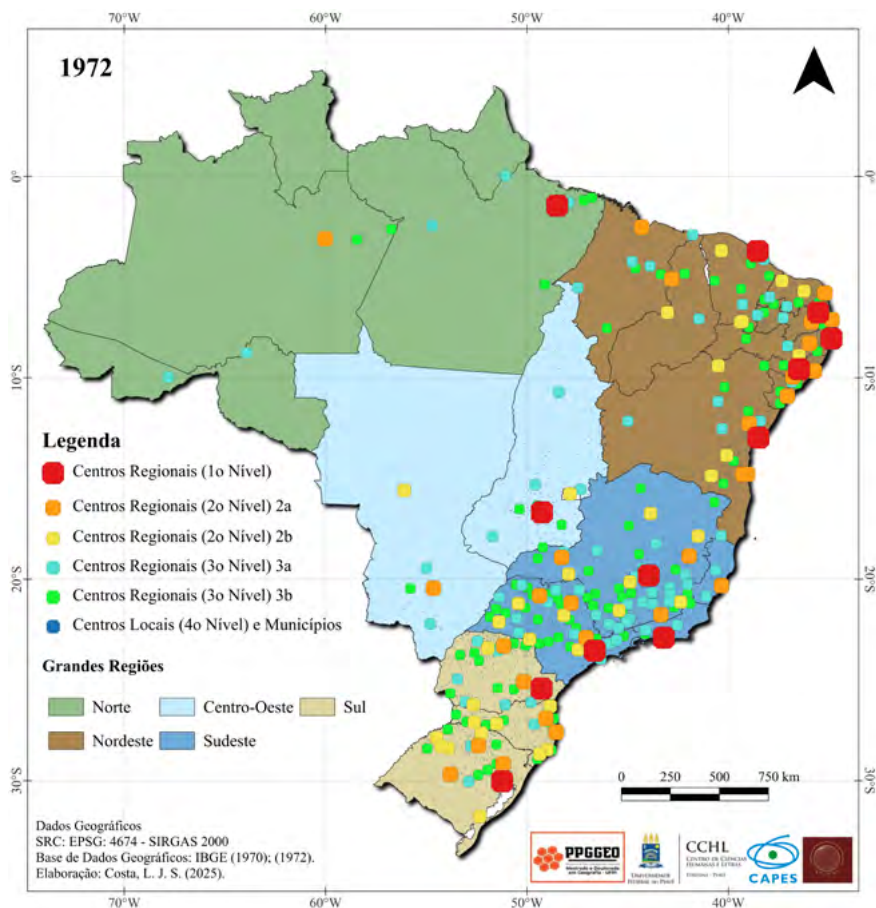
regional. Bomfim (2015) destaca que Rochefort, conhecido por seu trabalho no *Commissariat Général du Plan*, na França, exerceu grande influência no Brasil em relação à regionalização do território. Durante quase cinco décadas seus estudos foram decisivos para a Geografia *ibegiana*, pelo aprofundamento de bases teóricas e metodológicas que subsidiaram políticas de planejamento. Sua análise da rede urbana brasileira, presente inicialmente no estudo dos espaços polarizados, permitiu, por décadas, uma visão mais abrangente da dinâmica regional do país, que se estendeu também para a elaboração das regiões funcionais urbanas de 1972, que comporiam o quadro regional do país em conjunto com as microrregiões homogêneas de 1968.

Segundo os estudos preliminares sobre regionalização desenvolvidos com base nas teorias de Rochefort e Hautreux na década de 1960, o IBGE iniciou, no princípio dos anos 1970, a elaboração de uma nova divisão regional do país fundamentada em espaços polarizados, especificamente nas denominadas Regiões Funcionais Urbanas (RFU). Adotou-se uma metodologia previamente aplicada na França, que consistia na identificação de centros polarizadores e na delimitação de suas áreas de influência, considerando os fluxos socioeconômicos estabelecidos. Vale destacar que, embora as RFU tenham incorporado elementos da Teoria dos Lugares Centrais⁵ de Walter Christaller em sua concepção, particularmente na definição da hierarquia urbana, essa abordagem teórica, mesmo sendo importante na composição teórica das RFU, só foi efetivamente integrada como base metodológica no estudo subsequente de 1978, publicado somente em 1987 sob o título “Regiões de Influência das Cidades”, o REGIC. Destarte, essa proposta configurou-se como uma resposta às problemáticas decorrentes do acelerado processo de urbanização e industrialização do país, que demandava novos instrumentos de planejamento territorial. Seu objetivo era o de aprimorar a gestão e o ordenamento do território nacional, alinhando-se, assim, às diretrizes da política desenvolvimentista então vigente (IPEA, 2021).

Avaliando os critérios e a metodologia para a definição do processo de regionalização, a proposta de 1972 do IBGE baseou-se em uma abordagem funcional, considerando os fluxos de bens, serviços e atividades econômicas entre os centros urbanos (MAGNANO, 1995). Essa

metodologia, fundamentada em questionários específicos aplicados ainda na década de 1960, utilizou como principais indicadores a rede viária e os locais de distribuição de bens e serviços, hierarquizando assim um total de 718 centros urbanos, estes em diferentes níveis, sendo 10 centros metropolitanos de 1º nível (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Goiânia), 66 centros regionais 2a e 2b de 2º nível, 172 centros regionais 3a e 3b de 3º nível, e, por fim, 470 centros locais 4a e 4b de 4º nível – conforme representados na figura 1.

Figura 1
HIERARQUIA URBANA (REGIÕES FUNCIONAIS URBANAS/IBGE, 1972)



Fonte: elaborado pelos autores; adaptado de IBGE (1972).

As RFU se apresentam no quadro regional essencialmente relacionando cidade e região, o que, na definição do próprio IBGE, consistem em:

Um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que podem servir de modelo tanto para uma política regionalizada de desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento de serviços de infraestrutura urbana através da distribuição mais adequada. No campo administrativo, pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. Poderá contribuir, assim, para que a atividade da administração pública aumente sua racionalidade através de uma organização territorial, tanto na programação das atividades correntes como na programação dos investimentos necessários à ampliação dessas atividades (IBGE, 1972, p. 09).

Na compreensão de Rocha e Oliveira (2011, p. 97), “[...] do ponto de vista do planejamento, a função das cidades é importante, pois elas comandam todo o sistema econômico nacional e é através delas que se pode inferir o efeito de uma política de intervenção”. Nesse domínio é possível dizer que a proposta de regionalização do Brasil em regiões funcionais urbanas, de 1972, parte essencialmente do entendimento de que muitas das mudanças nos processos de desenvolvimento nacional culminaram na modificação do papel exercido até então pelos grandes centros. Assim, a cidade como *locus* de reprodução do espaço urbano e do capital torna-se o lugar central do poder que outorga os rumos para o desenvolvimento e determina o lugar das periferias como subcentros.

Considerando a importância dessa proposta, é possível argumentar que ela traz consigo um significativo marco teórico e prático para o conhecimento geográfico aplicado, essencial ao planejamento e ao desenvolvimento territoriais do país. A partir do estabelecimento de critérios como a hierarquia urbana, a integração regional e a própria finalidade das ações político-administrativas, a interseção entre o regional e o urbano possibilitou uma compreensão mais aprofundada da estrutura espacial urbana no Brasil. Além disso, permitiu identificar vantagens e desvantagens locais de diversas regiões e cidades, facilitando a formulação de políticas públicas mais eficientes e a promoção de uma distribuição mais equilibrada das atividades econômicas e sociais, o que acabou sendo aprofundado e destacado pelos planos seguintes na análise da rede urbana do país por meio do REGIC, levando em conta a influência da Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller.

É preciso considerar que tais abordagens detêm um papel importante no que se refere à compreensão da relação entre cidade e região, o que, na perspectiva das discussões geográficas e políticas, contribuiu para o planejamento territorial do país, refletindo os interesses políticos vinculados à Geografia como ciência e como instrumento de Estado. Enfatizando a continuidade analítica temporal dos planos regionais, como parte das propostas de regionalização do IBGE no decorrer da década de 1970, mais precisamente no ano de 1976, é publicada a complementação do primeiro estudo referente às regiões homogêneas, nomeadas mesorregiões homogêneas. A partir de sua elaboração, o IBGE delimitou um total de 86 recortes em todo o território nacional. Para Magnano (1995, p. 83), “tais unidades espaciais, em escala intermediária entre as micro e as macrorregiões, visavam a aprimorar a divulgação de dados censitários, sem perigo de individualização de informações, como forma de subsidiar as políticas de planejamento, então em vigor”. Ainda para a autora, as mesorregiões, apresentando-se em uma escala intermediária entre as microrregiões e as macrorregiões, também estabelecidas no contexto da primeira proposta, seriam:

Unidades territoriais resultantes da agregação de microrregiões, as mesorregiões seguiram a mesma linha conceitual adotada no estudo daqueles espaços homogêneos, em 1969/1970. Utilizou-se, portanto, o critério da homogeneidade intragrupos, definido segundo os setores básicos das atividades econômicas e indicadores de desenvolvimento urbano e rural. Os conceitos utilizados geraram um amplo conjunto de variáveis que, trabalhado quantitativamente por análise fatorial, de agrupamento e multidiscriminatória, deu origem a 86 unidades espaciais em nível mesorregional (MAGNANO, 1995, p. 83).

O IBGE tinha como principal direcionamento, no âmbito da criação das mesorregiões de 1976, definir um sistema regional que permitisse o desenvolvimento de estudos regionais em diferentes níveis de agregação tanto micro quanto macro (figura 2), integrando, assim, no contexto do planejamento nacional, diferentes escalas que suprissem as lacunas dos modelos vigentes à época; modelos que eram utilizados no levantamento censitário e na aplicação de políticas territoriais pelo Estado militar.

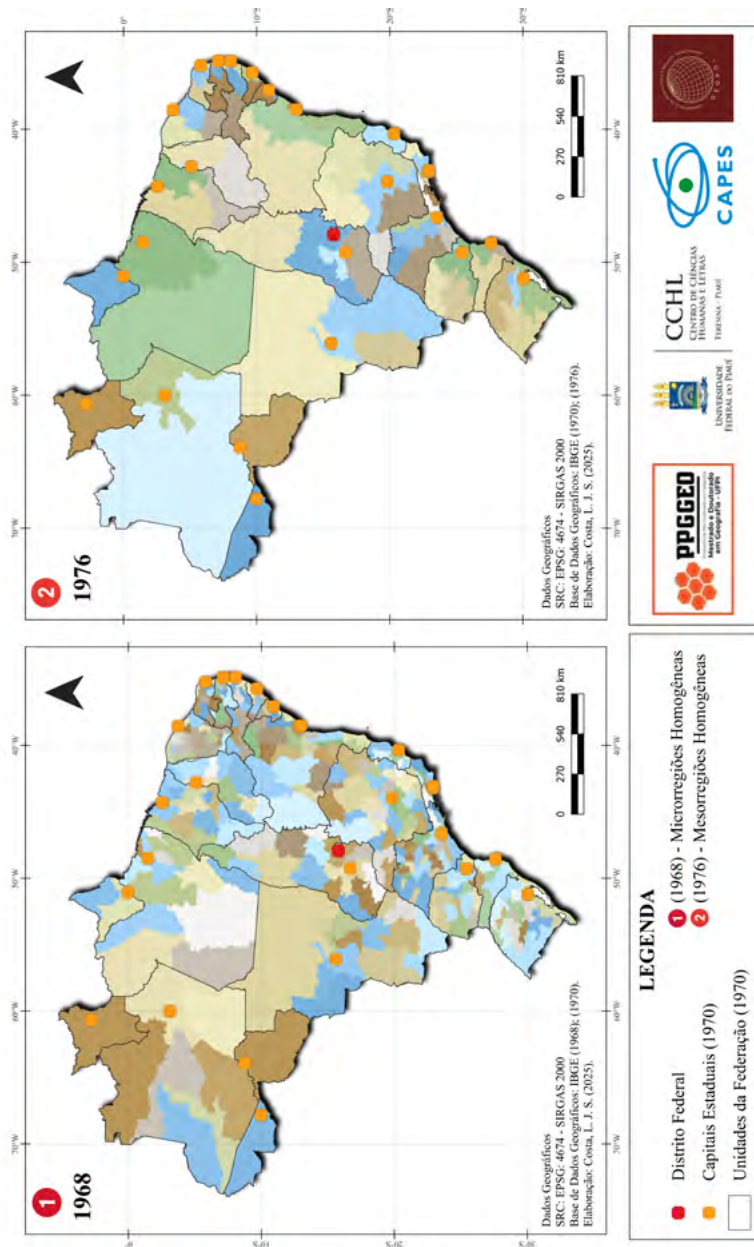
A teoria dos polos de crescimento, de Perroux, também se faz presente na divisão regional em regiões homogêneas, não somente nas

microrregiões, mas também nas mesorregiões, já que a divisão articula a delimitação de unidades agregadas definidas a partir de um polo específico. Tal abordagem permite a organização espacial com base em centros dinamizadores, levando-se em conta as relações hierárquicas e os fluxos estabelecidos a partir dos aspectos econômicos e sociais das regiões em uma escala intermediária. Ressalte-se, nesse contexto, a importância dos estudos quantitativos para a análise regional no Brasil, assim como para a atuação das instituições produtoras de conhecimento geográfico, com destaque para o IBGE.

Por fim, a análise dos planos apresentados demonstra que a contribuição da Geografia, tanto no campo teórico quanto no campo prático, foi decisiva para consolidar o uso político do conhecimento geográfico pelo Estado brasileiro. Em um contexto profundamente marcado pelo autoritarismo, a sistematização e a institucionalização da Geografia produziram distintas concepções sobre o espaço nacional e possibilitaram intervenções a partir de novas políticas territoriais.

Dentre as implicações desse processo, destacam-se o aprofundamento do entendimento da rede urbana brasileira, a hierarquização dos centros urbanos e de suas áreas de influência bem como a delimitação de polos regionais, elementos que viabilizaram maior conhecimento do espaço urbano e do território nacional. Assim, a regionalização implementada durante a ditadura militar incorporou tanto mecanismos de dominação territorial quanto a Geografia como instrumento essencial para a gestão e o ordenamento do território. Dessa forma, evidencia-se o duplo papel desta ciência: ao mesmo tempo em que serviu aos interesses do regime militar, consolidou as bases técnicas para o planejamento territorial no Brasil.

Figura 2
MESO E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DO IBGE (1968-1976)



Fonte: elaborado pelos autores; adaptado de IBGE (1968; 1977).

5. Conclusão

A análise desenvolvida neste trabalho evidencia como a Geografia se consolidou como instrumento do Estado durante o regime militar no Brasil, no qual acaba assumindo um papel estratégico na gestão do território brasileiro. O período em tese marcou a transformação da disciplina em ferramenta de planejamento e controle, quando conceitos como região e regionalização foram ressignificados para atender principalmente aos interesses do poder autoritário. A regionalização emergiu como eixo central desse processo, articulando influências teóricas diversas, desde a *New Geography*, com sua abordagem quantitativa e técnica, até os modelos da geografia francesa, com suas delimitações de espaços homogêneos polarizados conduzidos a partir da aplicação da teoria dos polos de crescimento. Essas correntes forneceram os fundamentos científicos que legitimaram os recortes territoriais implementados pelo regime – isso ao mesmo tempo em que a ditadura se apropriou desses instrumentos para promover seu projeto/discurso desenvolvimentista, utilizando a regionalização como mecanismo de controle territorial sob o discurso da modernização nacional.

O legado desse período revela a atuação da Geografia brasileira, institucionalizada pelo IBGE, que, por um lado, consolidou esta ciência como disciplina essencial para o planejamento governamental, adquirindo *status* de conhecimento aplicado, mas que, por outro lado, também expôs as contradições de sua instrumentalização política quando dissociada de uma reflexão crítica sobre o poder. Os planos regionais formulados nas décadas de 1960 e 1970 estabeleceram marcos duradouros na organização do território brasileiro, demonstrando como os conceitos aparentemente técnicos podem servir a projetos autoritários de ordenamento e dominação territoriais. Em vista disso, conclui-se que a experiência histórica analisada não somente comprova a capacidade da Geografia de influenciar a atuação estatal, como, sobretudo, alerta para a necessidade de constante reflexão epistemológica sobre os usos políticos do conhecimento geográfico.

Agradecimentos

Os autores expressam seu agradecimento à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa CAPES Demanda Social-DS. Estendendo, ainda, tais agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI e ao Grupo de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza desta instituição pelo apoio e direcionamentos prestados.

Notas

- 1 Adota-se o entendimento de que a ruptura que ocasionou a ditadura militar no Brasil (1964-1985) constituiu um golpe civil-militar, por reconhecer, conforme argumenta Reis (2014), que o evento resultou não apenas da ação das Forças Armadas, mas também do envolvimento ativo de setores civis, empresariais, políticos e midiáticos, que financiaram, articularam e legitimaram o movimento. Embora não haja consenso na literatura, o termo evidencia o caráter compartilhado da condução golpista.
- 2 A Nova Geografia [*New Geography*] nasce na Suécia, na Inglaterra e nos EUA. Nesse último, apresenta-se como uma crítica à Geografia Hartshorniana, como difusão do sistema de planejamento do Estado Capitalista e uma neutralidade científica. [...] A Nova Geografia passa a usar técnicas da Estatística, da Matemática, da Geometria, se tornando cada vez mais teórica. Para essa nova abordagem, o avanço da Estatística e da computação propiciam a explicação geográfica. “[...] A Nova Geografia aborda a questão regional sob um novo enfoque, rompendo com Determinismo e com o Possibilismo. Cada localização é um caso particular de classificação, possuindo potencialidades diferentes, de acordo com a ótica do capital” (TEIXEIRA, 1996, p. 88).
- 3 A regionalização, enquanto categoria analítica, corresponde ao próprio ato de produzir regiões, isto é, de operar classificações e recortes que organizam o espaço segundo determinados critérios e finalidades (PEREIRA; LUDKA, 2018). Essa operação só se sustenta porque a região, seu produto e seu fundamento, constitui um conceito estruturante da Geografia, definida por Suertegaray (2005), como uma subdivisão do espaço, concebida como um recorte administrativo dotado de limites e hierarquias. Assim, regionalização e região articulam-se em um mesmo movimento: a primeira como processo técnico-político de construção espacial, e a segunda como a forma resultante dessa ação.
- 4 “[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p.146).
- 5 A Teoria das Localidades Centrais pressupõe regularidade no número, no tamanho e na distribuição do conjunto de cidades de uma região ou de um país; todo centro urbano é concebido como localidade central, e sua centralidade resulta das funções centrais que desempenha como centro distribuidor de bens e prestador de serviços. A diferenciação entre as localidades centrais na oferta de bens e serviços traduz-se em níveis hierárquicos de centros urbanos (DIAS, 2007, p. 63-64).

Referências

- ALMEIDA, R. S. **A Geografia e os geógrafos do IBGE no período de 1938-1998**. 706f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BOMFIM, P. R. A. Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1960. **Sociedade & Natureza**, v. 27, p. 365-378, 2015.
- BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: Éditions M.-TH Génin, 1972.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967**. Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diário Oficial da União: Brasília, 14 fev. 1967.
- BRUNO, A. P. **Desenvolvimento urbano**: o contexto de formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, nov. 2020.
- CARVALHO, G. L. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 135-153, 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4785613.pdf> Acesso em: 14 de ago. 2024.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). Terra Brasilis **nova série**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/990> Acesso em: 10 de jan. 2025.
- COSTA, L. J. S.; ASSIS, R. J. S. Explorando as discussões entre o Conceito de Região e a Geografia: as implicações conceituais do pensamento clássico ao pós moderno. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 245-269, 2025.
- COSTA, L. J. S.; MARTINS FILHO, J. O Conceito de Região nas Regionalizações do Estado do Piauí: uma abordagem cronológica de 1940-2007. **Revista GeoUECE**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. e2023005, 2023.
- DIAS, L. C. Da Rede Técnica à Territorialidade em Rede: contribuições disciplinares à construção de um conceito. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 58-68. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34855> Acesso em: 18 de jan. 2025.
- EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995. p. 207-238.

FRANCISCONI, J. G. Ciclos políticos e gestão metropolitana no Brasil (1960-2020). **Acervo (Rio de Janeiro)**, v. 36, n. 1, p. 1-22, 2023.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Ministério de Educação e Cultura), série VI - Sociedade e Educação. Coleção o Brasil Urbano. (s/l) Vol. 1, 1963.

IBGE. **Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia. IBGE, 1968.

IBGE. **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões Homogêneas 1976**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, IBGE, 1977.

IBGE. **Resultados preliminares do Censo Demográfico 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IPEA. **Regic**: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Brasília: Ipea, 2021.

LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: Construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, p. 1-32, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1015> Acesso em: 12 de jan. 2025.

MAGNANO, A. A. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.57, n. 4, p. 65-92, outubro-dezembro 1995.

MARICATO, E. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, [s.n.], 2002.

PEREIRA, S. A.; LUDKA, V. M. Região e regionalização: as influências das correntes filosóficas nos estudos regionais. **Geoingê: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 128-146, 2018. ISSN 2175-862X (on-line).

PEREIRA, S. N.; BOMFIM, P. R. A. Incursões ao IBGE através da história da geografia. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 3, p. 1-6, 2014.

PERIDES, P. Pe. A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.7, p. 87-94, 1994.

PERROUX, F. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, E. R. Noções Gerais sobre Origem do Estado e Estado Moderno. **Revista eletrônica de Estados Jurídicos e da Sociedade – UNIFEG**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2012.

ROCHA, A. P. B.; OLIVEIRA, M. S. **Geografia Regional do Brasil**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2011. 312 p.

REIS, J. A. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

SOUZA, J. E.; GIACOMONI, C. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. **Cadernos Ceru**, v. 32, n. 1, p. 139-156, 2021.

SUERTEGARAY, D. M. A. A subordinação que recria e reinventa a natureza. Texto de exposição realizada na mesa-redonda “Perspectiva da Geografia Latino-Americana no Século XXI”, como parte da programação do **X Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL)**. São Paulo: USP, 2005, 12p.

TEIXEIRA, J. C. A nova Geografia. **Formação (Online)**, v. 1, n. 3, p. 87-89, 1996. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/2435/2191> Acesso em: 28 de jan. 2025.

TEIXEIRA, M. A.; MARTINS, O. B. A Geografia a serviço do Estado. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 07, p. 55-60, 1984.

VIEGAS, D. H. Território, ditadura e desenvolvimento: perspectivas históricas sobre os programas de regionalização no Brasil. **revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 22, p. e202009pt, 2020.

VIEIRA NETO, J. O fenômeno da urbanização no Brasil e a violência nas cidades. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 125-149, 2012. DOI: 10.5216/er.v13i2.16888. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/16888>. Acesso em: 19 jan. 2025.

Recebido em 07/10/2025

Aceito em 04/03/2026